

A atuação sócio-ambiental de uma ONG ambientalista na Amazônia

A Fundação Vitória Amazônica Entrevista com Muriel Saragoussi*

A Fundação Vitória Amazônica (FVA) faz parte das ONGs criadas pouco antes da IIª Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento mundial (UNCED) no Rio de Janeiro em 1992. Portanto, ela nasceu num momento em que o processo de aproximação conceptual, estratégico e prático entre as organizações que apoiavam os movimentos sociais e as que apoiavam o movimento ambientalista estava no seu estágio inicial. Só viria a ser concluído um verdadeiro pacto entre as duas tendências na ocasião da conferência. As origens e os objetivos da FVA (Fundação Vitória Amazônica) estão ligados à defesa do meio ambiente, mas foi rapidamente levada a considerar o desenvolvimento sustentável em benefício das populações locais como uma dimensão intrínseca das políticas de conservação. Escolheu, ao contrário de outras ONG, trabalhar num espaço administrativamente delimitado (um parque nacional e seu entorno) e foi a partir daí que começou a ser reconhecida e a participar das políticas ambientais para a região.

Philippe Léna – A Fundação Vitória Amazônica foi criada em 1990, isto é, ela faz parte da onda recente de criação de ONGs mais voltadas para a questão ambiental e socioambiental. Quem esteve na origem da instituição e como surgiu a idéia de criar essa ONG ?

Muriel Saragoussi – Na origem da Fundação Vitória Amazônica está a necessidade sentida por pesquisadores, profissionais liberais, arquitetos, profissionais do turismo do Amazonas de contribuírem para o movimento nacional e internacional de defesa da Amazônia, dando uma visão mais amazônica, mais regional, de dentro para fora, às ações empreendidas. Começamos com atividades pontuais, tais como o projeto *Arca de Noé*, que consistia em soltar em locais e condições apropriadas animais apreendidos

* Diretora executiva da ONG « Fundação Vitória Amazônica ».

pelo Ibama (Instituto brasileiro do meio ambiente e Recursos naturais renováveis), ou a campanha de educação ambiental sobre o macaco sauí-de-coleira, com intervenções educativas nas escolas públicas. Funcionávamos com poucos recursos, doações de empresários locais, mas rapidamente conseguimos recursos da Conservation international, do WWF (World Wildlife Fund) e em seguida de outras instituições de cooperação.

Philippe Léna – Qual é seu estatuto legal? Por que fundação? O que distingue uma fundação de outras ONGs?

Muriel Saragoussi – Somos uma Fundação, isto é, uma entidade sem fins lucrativos de direito privado com fins públicos, criada em janeiro de 1990, a partir de uma doação inicial. No nosso caso foi uma série de quadros de Sepp Baendereck, conseguidos pela pesquisadora Vera Silva, do INPA (Instituto nacional de pesquisas da Amazônia), que serve de patrimônio inicial ou « fundo » da Fundação. Temos um Conselho Curador que zela para que o nosso patrimônio inicial seja mantido e para que os fundos, a partir desta doação e de outros obtidos posteriormente, sejam usados para alcançar os objetivos estatutários da Fundação. Em novembro de 1990, a FVA obteve o reconhecimento de utilidade pública pelo Estado do Amazonas e, além disto, tem obtido algumas isenções de impostos como o IPTU (Imposto territorial urbano) e o IPVA (Imposto sobre veículos). O que distingue uma fundação de outras ONGs, além da doação inicial e do Conselho Curador, é que nossas contas são públicas, enviadas anualmente para a Curadoria de fundações do ministério Público, portanto estamos submetidos ao controle público.

Philippe Léna – Qual foi a rede de apoio inicial e o que foi que lançou a FVA no « mercado »?

Muriel Saragoussi – A rede inicial de apoio foi de pesquisadores e de amazônidas¹ preocupados com um trabalho sério e de base local. Nossa primeira ajuda veio da Conservation international e do WWF que nos permitiram iniciar atividades mais regulares e ganhar escala. Aí começamos a refletir sobre ações mais coerentes e aprofundadas, procurando definir nosso « nicho ». Resolvemos trabalhar na bacia do Rio Negro e tomar como ação inicial uma Unidade de conservação, o Parque nacional do Jaú, para tentar propor e testar um modelo de conservação da biodiversidade, além de buscar desenvolver propostas econômicas sustentáveis nas regiões de entorno e de influência do Parque. Em 1991, pesquisadores membros da FVA foram para o Parque, que apesar de ter dez anos de existência, era o que costumamos chamar de « parque de papel », sem existência real. Eles fizeram o censo dos moradores do parque, de maneira a tentar entender a problemática dos moradores da região. Encontramos em torno de 1 000 pessoas vivendo dentro do parque, sendo 1/3 no coração do parque, ao longo do rio Jaú e 2/3 na sua fronteira norte, no rio Unini. Conhecer esta realidade foi fundamental para a definição de uma linha sócio-ambiental de

1. Amazônidas : habitantes da Amazônia ; amazonenses : habitantes do Amazonas (Estado da Federação brasileira).

trabalho. Por meio de um convênio de co-gestão com o Ibama, posteriormente transformado em convênio de cooperação técnico científico, a FVA elaborou entre 1991 e 1996 o Plano de Manejo do Parque que atualmente está implementando. No início, foi desenhado um plano de ação emergencial (hoje este método é assumido pelo Ibama como padrão para UCs) e pouco a pouco fomos desenvolvendo projetos com a participação das comunidades e de pesquisadores de treze instituições diferentes e de várias áreas de conhecimento. O intuito era de transformar essa UC num verdadeiro parque nacional, com um consenso entre os atores locais para sua gestão. De fato, os 2,27 milhões de hectares do parque concentram 60 % da biodiversidade da bacia do Rio Negro, que seria ameaçada por um desenvolvimento anárquico ou o abandono à ação de depredadores. Os habitantes devem se tornar os defensores desse patrimônio, afinal de contas, a região é habitada há muito tempo, foram descobertos cerâmicas do século XI dentro do Parque mas, com certeza, existe ocupação bem mais antiga. Realizamos levantamentos da diversidade biológica da região (vegetação, peixes, pequenos mamíferos, aves, quelôneos, insetos, etc.). Realizamos também o zoneamento do parque a partir do uso que as populações fazem da sua área de ocupação e das recomendações dos pesquisadores, zoneamento este que foi negociado com a sociedade local e com o Ibama. Em torno de 60 pesquisadores participaram das atividades científicas no Jaú. Assim, o nome da FVA ficou estreitamente associado ao desenvolvimento do parque e à elaboração do primeiro plano de manejo participativo de um parque nacional. Recebemos recursos do Programa nacional do meio ambiente (PNMA), do WWF, da União européia, da Fundação W. Alton Jones e do Governo da Áustria. Atualmente, nosso projeto de pesquisa é tentar entender a contribuição dos fatores biológicos e sociais na distribuição da biodiversidade, além de continuar com os inventários biológicos e com o trabalho junto às comunidades do Parque (organização, educação, produção, alternativas tecnológicas, entre outras). Temos outros trabalhos fora do parque dos quais falaremos mais adiante.

Philippe Léna – De um foco ambientalista no início, a FVA evoluiu para uma abordagem sócio-ambiental, como se deu esse processo ?

Muriel Saragoussi – Primeiro, partimos da constatação óbvia que não se pode proteger o meio sem a participação dos habitantes que usam os recursos naturais. Isto está inclusive na missão estatutária da FVA. Precisávamos conhecer as práticas dos moradores da região para poder reorientá-las, se necessário, e também conscientizar a população até da existência do Parque já que ele foi criado sem nenhuma participação local. Em certos casos, é preciso compensar as populações pelo abandono ou diminuição da intensidade de certas práticas. Para tanto, é preciso propor outras atividades geradoras de renda. Nessas interações, precisamos de interlocutores, isto é, pessoas que possam falar em nome do coletivo, dialogar com as instituições públicas etc. É todo um processo de organização, de discussão, de representação, de construção de legitimidade que

precisa ser levado em frente. A maior parte dos habitantes adultos é analfabeta, não possui nem documentação civil (certidão de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor, CPF (Cadastro de pessoas físicas), certidão de casamento...). Esses documentos são caros e apesar de serem expedidos pelo poder público, fica sempre o problema de como faz uma pessoa que mora a cinco dias a remo de uma cidade e que não sabe ler ou escrever, para chegar a este poder público e conseguir seus documentos sem ouvir respostas do tipo « volte amanhã ou na semana que vem ». Nós fizemos parceria com o poder público para ajudar estas pessoas a conseguir seus documentos, mas este ainda é um problema não completamente resolvido. Consideramos que é fundamental criar espaços para uma educação para a cidadania, criar o hábito de reuniões para que as comunidades debatam seus problemas, formar lideranças, fornecer informações em linguagem clara, etc. Desenvolvemos um trabalho importante no sentido de incentivar a participação, promover a cidadania. Trabalhamos também com os professores das escolas rurais da região (parque e entorno), despertando-os para o uso de novas ferramentas de trabalho, adequadas à cultura local, aos recursos que eles têm à mão e à escola multiseriada (salas de aula com várias séries ao mesmo tempo). Em suma : temos uma realidade sócio-ambiental e se atuarmos em apenas um de seus componentes, estaremos sendo incompletos, não cumprimos nossa missão como instituição.

Philippe Léna – Quais são as principais atividades desenvolvidas pela FVA ?

Muriel Saragoussi – No Parque e seu entorno, desenvolvemos uma série de atividades, além da pesquisa científica propriamente dita e das atividades já citadas : formação de lideranças, educação cidadã e ambiental, formação para os professores das escolas rurais, sistemas agrícolas de baixo impacto e dois projetos que estão no início, a busca de um sistema de saúde para a região do parque e saúde reprodutiva das mulheres. A energia solar está sendo implantada em casas de moradores, graças a um projeto desenvolvido pela Universidade do Amazonas, Eletrobrás e Centrais elétricas do Amazonas (CEAM), com participação da FVA, e apresentamos projeto ministério das Minas e Energia para implantá-la em escolas e postos de saúde. Conseguimos colocar rádios com energia solar em algumas comunidades. Estamos tentando contribuir para fazer desse Parque um exemplo para as outras Unidades de conservação. O analfabetismo já passou de 43 % para 35 % graças à melhor escolarização das crianças. Para conseguir baixar ainda mais essa taxa, estamos tentando implantar um sistema de alfabetização de adultos. Houve também melhoras em termos de saúde e principalmente na organização das comunidades para buscar elas mesmas o que necessitam, sem intermediários. Trabalhamos na busca de alternativas econômicas sustentáveis e também em políticas públicas.

Philippe Léna – Além da pesquisa ecológica, da educação cidadã e ambiental, vocês têm projetos econômicos para o Parque ou seu entorno ?

Muriel Saragoussi – O objetivo é favorecer atividades de reduzido impacto ambiental e acrescentar valor ao trabalho dos moradores de região. Desenvolvemos, atualmente com a ajuda da Fundação Ford, do Funbio (Fundo nacional para a biodiversidade) e do Pinho-Sol Amazônia, o projeto Fibrarte (Artesanato de fibras), de promoção e transformação de uma atividade tradicional da região, o artesanato em fibras vegetais para fabricação de tapetes e cestos, em uma atividade sustentável. Isto se dá basicamente na cidade de Novo Airão, no rio Negro abaixo do parque, e em menor escala em Barcelos, rio acima, ambas consideradas entorno do Parque. Foi necessário fazer os estudos básicos de ecologia da principal fibra usada como matéria prima para poder melhorar e organizar o sistema de coleta, com um plano de manejo em negociação junto ao Ibama, e formar os artesãos para diversificação da produção (produtos novos) e para a melhoria da qualidade do produto final. Por enquanto uma associação com 40 famílias está participando do projeto. A renda média foi multiplicada por um fator de 2 a 5, conforme os casos. A Associação dos Artesãos de Novo Airão é hoje a segunda maior fonte de renda do Município. No Parque mesmo, trabalhamos a questão da melhoria da produção agrícola, mas projetos econômicos só virão conforme demandas claras dos moradores organizados.

Philippe Léna – Essa atividade pode ser considerada sustentável ?

Muriel Saragoussi – Depende da escala. Com um bom plano de manejo e um bom conhecimento da ecologia da fibra, deveria ser ecologicamente sustentável, mas sabemos que é sempre mais difícil e trabalhoso seguir um plano de manejo do que obter vantagens imediatas através da exploração predatória. O plano de manejo deve ser aprovado pelo Ibama que tem critérios estritos. No entanto, um aumento drástico da demanda poderia levar à insustentabilidade. Por isso achamos complicado, nesse momento, a articulação dessa produção artesanal com grandes empresas privadas do tipo da Tok Stock. Os produtores locais poderiam não dar conta e os impactos ecológicos serem negativos. Existe também, da nossa parte, a preocupação em não criar uma competição destrutiva entre os produtores. A sustentabilidade social deve vir da organização e autonomia da Associação. E já falamos da sustentabilidade econômica.

Philippe Léna – Qual foi o impacto do desenvolvimento desta atividade nas comunidades ?

Muriel Saragoussi – Um impacto inesperado foi acirrar os conflitos de gênero. Tradicionalmente, em Novo Airão, o homem coletava a fibra e a mulher fabricava os tupés (tapetes de fibra). Elas aderiram à associação e quando a sua renda aumentou, registramos também um crescimento da violência doméstica. Para contornar esse problema, começamos a trabalhar com a família como um todo, trazendo os maridos para dentro da associação. Foram observados também os primeiros desvios de dinheiro dentro da associação. Não interferimos diretamente, incentivando a associação a fazer

a gestão do conflito. Eles mesmos deram queixa na polícia e soluções foram encontradas. Esse acontecimento levou as pessoas a ficarem mais implicadas na gestão da associação, a se sentir responsáveis, no entanto este não é um processo acabado. Estamos atualmente trabalhando na « saída » da FVA como ator principal junto a esta associação, incentivando sua autonomia, buscando uma relação de « iguais », de maior parceria e menos dependência, o que não é fácil. Temos de separar a atuação da FVA, o projeto Fibrarte, de alternativa econômica a partir do artesanato em fibras, concebido para atuar na bacia do rio Negro, das atividades da AANA (Associação dos artesãos de Novo Airão).

Philippe Léna – Vocês desenvolvem atividades somente dentro dos limites do Parque ou em outras áreas também ?

Muriel Saragoussi – No que diz respeito ao trabalho educativo, além do Jaú, trabalhamos em Barcelos e Novo Airão. Esta última está situada a 100 km do Parque, mas é sem dúvida a cidade que mais tem impacto sobre o mesmo. Barcelos fica 150 km rio acima e tem uma influência grande na fronteira norte do parque, onde estão a maioria dos moradores do parque. Na formação dos professores, trabalhamos a partir de módulos de formação. Utilizamos os métodos básicos do CTA (Centro de trabalhadores da Amazônia, do Acre). Um dos resultados de nosso trabalho foi a criação em parceria com os professores de um livro para-didático. A partir de um tema gerador, no caso « peixe », que é central na vida dessas pessoas, os professores produziram textos e desenhos e a partir daí elaboramos juntos com eles e com um pesquisador do INPA (Instituto nacional de pesquisas da Amazônia) um livro que associa os saberes acadêmicos e tradicionais. O livro inclui exercícios para diversos níveis de compreensão, tornando-se instrumentos de trabalho para professores com turmas multiseriadas. Começamos o trabalho de formação dos professores no Jaú, estamos atualmente cobrindo todos os professores da área rural do município de Barcelos e estamos expandindo a atividade para Novo Airão este ano. Estamos preparando os próximos livros da série e acompanhando a utilização do primeiro junto com os professores.

Philippe Léna – A FVA, pelo seu tipo de atuação, deve ter algum impacto político na região. Como isto é recebido ?

Muriel Saragoussi – Isso foi muito sensível no caso de Novo Airão, onde existia grande controle de uma elite local. O programa de educação cidadã provocou várias mudanças: renovação do STR (Sindicato do trabalhador rural) e criação de sete associações (de bairro, de mulheres, de artesãos). Nós ajudamos na estruturação dessas associações. Isto tem um impacto na vida local, as pessoas organizadas passam a reivindicar seus direitos, a serem atores da vida local. Gera a oposição declarada ou velada da elite tradicional. Nosso trabalho atrapalha a concentração de poder na mão de poucos. Embora sejamos a maior ONG sócio-ambiental do Estado do Amazonas (ou por causa disso!) temos relações de parceria quase inexistentes com o Governo de Estado.

Philippe Léna – Uma crítica freqüente ao trabalho das ONGs é sua escala local, limitada, difícil de reproduzir ou generalizar. Como vocês tentam superar essas limitações? Trabalhando em rede? Fazendo parcerias com instituições públicas? Será que vocês conseguem participar da definição de políticas públicas?

Muriel Saragoussi – Trabalhamos muito em rede com outras ONGs ou com instituições públicas e representativas ligadas ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. Somos fundadores do Grupo de trabalho amazônico (GTA) e atualmente somos parte de seu Conselho deliberativo. Somos membros do Fórum brasileiro de ONGs e Movimentos sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de cuja Coordenação nacional participamos de 1997 a 2000. Somos parte do seu grupo de trabalho em sócio e biodiversidade e acompanhamos os trabalhos de seu grupo de trabalho de Florestas. Desta forma, participamos na coordenação da Campanha SOS Florestas que lutou para impedir que o Código florestal dos ruralistas seja aprovado no Congresso e propondo alternativas negociadas entre amplo leque de atores sociais para um Código que levasse em conta a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Outro exemplo de trabalho em rede: representamos o GTA no Comitê de gestão do corredor central² da Amazônia. Somos representantes do Fórum Brasileiro no Funbio e suplente na vaga do Fórum na Comissão para o desenvolvimento sustentável e Agenda 21 do ministério do Meio ambiente. Também atuamos na elaboração da lei e do decreto de regulamentação do Sistema nacional de unidades de conservação, do Projeto de lei de acesso aos recursos genéticos, que regulamenta no país a Convenção da biodiversidade. Estamos presentes no conselho municipal de Meio Ambiente de Manaus. Somos chamados para debater as questões sócio-ambientais nas reuniões do PPG-7 (Programa piloto para a preservação das florestas tropicais do Brasil, financiado pelo Banco mundial e o Grupo dos sete). Preparamos o texto de base apresentado pelas ONGs do Amazonas para a Agenda positiva desenvolvida pela Secretaria da Amazônia do ministério do Meio ambiente e negociada entre atores sociais da região. Na realidade, parte do reconhecimento ao nosso trabalho vem de nossa capacidade de levar as experiências práticas que desenvolvemos em campo com seriedade também para o campo das políticas públicas, lutando para aumentar a escala de seu impacto. Acho que temos um papel importante na reflexão sobre as políticas públicas e uma contribuição significativa nas suas definições.

Philippe Léna – Suas atividades requerem recursos importantes. Qual é sua estratégia para conseguir fundos? Vocês já ficaram sem financiamentos?

Muriel Saragoussi – O ideal é diversificar as fontes e ter sempre vários projetos em diferentes fases de andamento. Para se ter uma idéia, nos últimos quatro anos, o Ibama não repassou recursos para a FVA atuar no

2. Para compensar a criação de eixos de desenvolvimento, potencialmente destrutivos para a floresta, o Governo brasileiro criou corredores ecológicos, constituídos por diferentes tipos de Unidades de Conservação.

parque. Em 2000, eles colocaram diretamente no parque menos de 10 000 US\$. No mesmo período, conseguimos 240 000 US\$ junto ao WWF, Fundação W Alton Jones, Pinho Sol Amazônia (empresa de produtos sanitários), Fundação Ford e PD/A³ para ser aplicados nos projetos do parque. Atualmente nosso orçamento gira em torno de 500 000 US\$, sendo que 60 % são destinados aos salários de nossa equipe. Temos vinte e quatro funcionários permanentes, além de bolsistas e estagiários. É insuficiente para atender a demanda que nos chega. Procuramos dinheiro por vários lados : doações de empresas privadas, por exemplo a Kolynos do Brasil, através do Pinho-Sol Amazônia e da Amazon Ervas, com as quais temos convênios de associação de imagem (ética, ecológica, etc.), com a cooperação internacional, onde a concorrência com grandes ONGs é difícil, e junto aos fundos públicos. Mas vai se tornar cada vez mais difícil obter dinheiro público sem ter o estatuto de OSCIP (Organização da sociedade civil de interesse público) e os mesmos relutam em financiar salários, preferem que trabalhemos sempre como consultores, o que além de ser contrário à legislação, não favorece a criação de uma massa crítica de recursos humanos qualificados na região. Estamos estudando o caso de nos transformarmos em OCIP. O ideal seria criar um fundo patrimonial cujos rendimentos permitiriam financiar parte das atividades da FVA a longo prazo.

Philippe Léna – Então vocês receberam um financiamento do PP-G7 enquanto instituição proponente⁴. Foi para que tipo de trabalho ?

Muriel Saragoussi – O financiamento obtido através do PD/A é para a formação de lideranças no parque e no entorno. Tivemos um financiamento do DfID (Department for International Development - Inglaterra), via WWF-UK e WWF-BR, para o projeto Fibrarte, e também da União européia para a elaboração do plano de manejo do parque, mas nenhum destes dois pode ser contabilizado como parte do PPG-7, somente o PD/A.

Philippe Léna – O papel da pesquisa parece importante no trabalho da FVA. Vocês tentam colaborar com instituições de ensino e pesquisa ?

Muriel Saragoussi – Temos dois professores universitários e quatro pesquisadores do INPA no nosso Conselho Curador e eu mesma que trabalhei onze anos no INPA. Temos um doutor, cinco mestres (dos quais dois doutorandos) e três pessoas fazendo seu mestrado no quadro permanente da FVA, além de duas pessoas com 3º grau completo, uma cursando a universidade e quatro com curso técnico completo. Além disto, temos convênios com o INPA, a Universidade do Amazonas e recebemos pesquisadores e estudantes de doutorado, mestrado, da universidade e de cursos técnicos para fazerem trabalhos de pesquisa e estágios em nossos projetos. Estudantes podem escolher um tema de pesquisa nas áreas de atuação da FVA e realizar suas monografias, dissertações e teses conosco. Temos também voluntários nacionais e internacionais que ajudam na pesquisa. A FVA investe na formação dos seus quadros para fixá-los na

3. Projetos Demonstrativos de Tipo A do PP-G7.

4. O outro tipo de financiamento é para projetos de associações.

Instituição. Estamos sempre buscando bolsas junto a instituições tais como o IEB (Instituto brasileiro de educação) e vamos nos cadastrar como Grupo de pesquisa junto ao CNPq (Conselho nacional de pesquisa científica do Brasil), o que nos dará um acesso mais fácil para financiamentos e bolsas na área da pesquisa. Como também dissemos acima, mais de oitenta pesquisadores já trabalharam conosco no Jaú.

Philippe Léna – Quem decide a linha de trabalho da FVA ? A tendência é de atender uma demanda ? De ir atrás de financiamentos ? Como vocês escolhem ? será que vocês conseguem manter uma relativa autonomia de escolha e decisão ?

Muriel Saragoussi – A equipe técnica da FVA elaborou um planejamento para os anos 2000-2010, baseados na missão da instituição e nas atividades que julgamos essenciais para a região. Este planejamento foi levado ao nosso Conselho Curador que o aprovou. Além disto anualmente avaliamos e planejamos nossas atividades, organizadas em programas, e submetemos este planejamento ao Conselho. É com base nos objetivos fixados nestes planejamentos que elaboramos os projetos de captação de recursos. As demandas que nos chegam são avaliadas com relação aos nossos objetivos e somente são atendidas se tivermos interesse direto na sua realização, isto é, se contribuem para a missão da FVA. Sim, creio que temos bastante autonomia. Temos projetos a oferecer e buscamos recurso a partir dos mesmo e não o contrário.

Philippe Léna – Como você encara a crítica freqüente que diz que as ONGs se substituem ao Estado e que não são instâncias representativas (o que aliás se defendem de ser) ? De onde elas tiram sua legitimidade ?

Muriel Saragoussi – No caso da Amazônia, poderíamos dizer que aqui é difícil se substituir ao Estado, já que o mesmo só existe nas capitais e poucas cidades grandes da região. Fora do urbano, o Estado não existe e o cidadão está jogado à própria sorte, como dissemos acima, as vezes nem cidadão é por não existir legalmente, não ter documentos. De todo modo, o papel das ONGs é mais o de criar espaços de cidadania e qualificação de interlocutores para o diálogo entre sociedade e Estado. Não somos representativos, mas lutamos para instalar um Estado de direito onde direitos difusos também sejam respeitados, como por exemplo o direito a um meio ambiente saudável, garantido na Constituição brasileira. No caso das ONGs ambientalistas e sócio ambientais, temos tido um papel catalisador e esclarecedor junto aos Movimentos Sociais e à opinião pública e um papel propositivo, de exemplo de implementação de propostas inovadoras, de piloto de experimentação, papel que buscamos ampliar ao tentar influenciar políticas públicas. Por isto é tão importante o papel das redes e alianças entre ONGs e Movimentos sociais, pois junta as perspectivas e experiências dos dois grupos, dando legitimidade e base social às propostas. É desta forma que somos interlocutores legítimos no debate sobre desenvolvimento sustentável, e não quando atuamos isolados.

Philippe Léna – Se o sucesso das ONGs é medido pela transformação de iniciativas locais em políticas públicas (tendência atual), como você vê o futuro das ONGs? Qual será seu espaço?

Muriel Saragoussi – O espaço de inovação e agilidade de respostas, de busca e experimentação de novas idéias, até a utopia florescer.
